



Entre o Princípio e a Conveniência: o paradoxo da atitude democrática dos brasileiros

Felipe Calabrez
Sciences Po/ INCT ReDem

Adriano Codato
INCT ReDem

Roberta Picussa
INCT ReDem

ReDem Working paper
Vol. 2
Nº 2
julho, 2025

Entre o Princípio e a Conveniência: o paradoxo da atitude democrática dos brasileiros

Felipe Calabrez, Adriano Codato e Roberta Picussa

Resumo

Esta nota de pesquisa investiga o paradoxo das atitudes democráticas dos brasileiros através de um modelo teórico que distingue duas tensões fundamentais: (i) proteger minorias versus dar poder à maioria, (ii) e manter controles institucionais versus concentrar poder no presidente da República. Os dados provêm de *survey* com 1.504 brasileiros entrevistados em 2025. Os dados revelam uma aparente contradição entre alta adesão a princípios democráticos abstratos e disposições para relativizá-los em contextos específicos. Surpreendentemente, as diferenças entre eleitores de Lula e Bolsonaro são menores que o esperado. O resultado mais inesperado foi que eleitores de Lula da Silva (centro-esquerda) tenderiam a apoiar mais a concentração de poder presidencial do que eleitores de Jair Bolsonaro (extrema-direita). Isso sugere que as pessoas poderiam mudar de opinião sobre democracia dependendo de quem está no poder, portando visões instrumentais sobre o funcionamento ideal dos regimes democráticos. A conclusão principal é que a polarização brasileira é mais complexa do que uma simples divisão entre “democratas contra autoritários” ou “esquerda e direita”. Na verdade, a maioria dos brasileiros parece estar disposta a flexibilizar regras democráticas quando isso favorece suas preferências políticas imediatas.

Palavras-chave

democracia; liberalismo; majoritarismo; polarização política; Brasil.

Between Principle and Convenience: The Paradox of Brazilians' Democratic Attitudes

Abstract

This research note investigates the paradox of Brazilians' democratic attitudes through a theoretical model that distinguishes two core tensions: protecting minority rights versus empowering the majority, and maintaining institutional checks versus concentrating power in the presidency. The data come from a 2025 national survey with 1,504 respondents. Findings reveal an apparent contradiction between a strong adherence to abstract democratic principles and a willingness to relativize them in specific contexts. Surprisingly, differences between Lula and Bolsonaro voters are smaller than expected. The most unexpected result is that supporters of Lula da Silva (center-left) are more likely to endorse presidential concentration of power than supporters of Jair Bolsonaro (far-right). This suggests that citizens may shift their views on democracy depending on who holds power, rather than adhering to consistent ideological identities. The main conclusion is that Brazilian polarization is more complex than a simple divide between “democrats and authoritarians” or “left and right.” In fact, most Brazilians appear willing to bend democratic norms when doing so favors their immediate political preferences.

Keywords

democracy; liberalism; majoritarianism; political polarization; Brazil.

Felipe Calabrez

Sciences Po/ INCT ReDem
0000-0002-3890-6778
f.calabrez@hotmail.com

Adriano Codato

INCT ReDem
0000-0002-5015-4273
adrianocodato@gmail.com

Roberta Picussa

INCT ReDem
0000-0002-5400-5136
betapicussa@gmail.com

Apresentação¹

A democracia brasileira atravessa um momento crítico que reatualiza dilemas centrais da teoria política moderna. Como equilibrar o princípio da maioria com a salvaguarda de direitos fundamentais? Em que medida a busca por eficácia governamental pode justificar a flexibilização de controles institucionais? Essas indagações, profundamente enraizadas nos debates clássicos sobre as distintas concepções de democracia, adquirem nova urgência diante da polarização extrema que marcou as eleições presidenciais de 2022, nas quais se confrontaram Jair Bolsonaro, representante da direita radical, e Lula da Silva, líder de orientação social-democrata (centro-esquerda).

Esta nota de pesquisa propõe um modelo analítico para compreender como os cidadãos brasileiros lidam com tensões fundamentais no interior do regime democrático. Partimos do pressuposto de que a democracia não é um fenômeno unidimensional, mas um arranjo institucional complexo, aberto a diferentes interpretações e valorações. A proposta busca captar duas dimensões centrais que estruturam as atitudes democráticas: (i) a tensão entre o liberalismo político e o majoritarismo sem limites, e (ii) a tensão entre o constitucionalismo e a concentração de poder.

A relevância teórica desta investigação está em sua capacidade de revelar como distintas tradições do pensamento democrático se articulam no imaginário político dos cidadãos comuns.

Do ponto de vista empírico nossos achados revelam que a forte polarização política presente na disputa eleitoral acirrada entre Lula e Bolsonaro em 2022 não foi fruto de visões substancialmente divergentes sobre o funcionamento ideal da democracia, sugerindo adesão instrumental aos princípios da democracia liberal por parte dos eleitores.

¹ Esta pesquisa contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Brasil, por meio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (processo nº 406649/2022-7).

1. Teoria e modelo analítico

1.1 A teoria da teoria democrática

Teóricos da democracia têm distinguido o que podemos chamar de *modelos agregativos de democracia* dos *modelos substantivos de democracia*. O primeiro modelo é centrado na competição entre elites e na agregação das preferências individuais por meio de mecanismos eleitorais (como em Schumpeter, Downs e, em certa medida, Dahl) enquanto o segundo enfatiza a formação da vontade política por meio de processos deliberativos, engajamento cívico e reflexividade institucional (como em Habermas e Urbinati).

Apesar das importantes diferenças entre essas abordagens, especialmente quanto ao papel atribuído à deliberação, à participação cidadã e à noção de bem comum, é possível afirmar, *grosso modo*, que ambas compartilham da premissa de que a democracia é inseparável do Estado de Direito e da garantia do pluralismo político. Por isso, a expressão “democracia liberal” pode ser considerada redundante, uma vez que não haveria propriamente democracia sem limites ao poder e sem a institucionalização da tolerância às diferenças.

No entanto, embora uma democracia substantiva, ou aquilo a que podemos chamar de “ideal democrático”, exija a coexistência entre esses dois elementos, sabemos das tensões existentes entre eles, que remontam aos debates clássicos da teoria democrática, em especial às preocupações sobre os perigos que a “regra da maioria” (o princípio fundamental da democracia enquanto procedimento) poderia produzir sobre as liberdades de indivíduos ou grupos minoritários. Essa preocupação animou filósofos como Tocqueville e Stuart Mill, mas foi com Montesquieu e com os Federalistas que ela recebeu propostas mais concretas do ponto de vista institucional.

As limitações institucionais pensadas por James Madison, centradas na existência de *checks and balances* que visam evitar a concentração de poder, são justificadas com base em valores liberais, como a liberdade individual, evidenciando a possível desarmonia entre o valor dominante da democracia e o valor dominante do liberalismo, isto é, entre governo da maioria e a garantia da liberdade (Gutmann, 1995).

Assim, embora uma noção de democracia substantiva exija a coexistência desses três pilares (*democracia enquanto procedimento eleitoral, Estado de direito e pluralismo político*), cada um deles é orientado por um princípio diferente que, para se materializar, exige um conjunto diferente de arranjos institucionais.

Tendo isso em vista, Zakaria (1997) aponta as tensões surgidas nos experimentos democráticos reais entre o constitucionalismo liberal e a democracia. O constitucionalismo liberal visa a garantia da liberdade e autonomia individuais contra coerções, seja do Estado ou da própria sociedade. Já a democracia está ligada a eleições abertas, livres e justas, o que também exige a garantia de algumas liberdades, como de opinião e de associação. A defesa da coexistência entre constitucionalismo liberal e democracia em seu sentido eleitoral é feita tendo em vista um problema muito concreto: Mesmo quando resultam de eleições livres e justas, governos eleitos pelo voto popular podem colocar em risco direitos e liberdades fundamentais de parte da população, especialmente quando exercem o poder sem limites institucionais ou mecanismos adequados de controle, o que levaria a resultados não democráticos ou ao que chamou de "democracia iliberal" (Zakaria, 1997). A tensão entre os dois princípios reside, portanto, no escopo da autoridade governamental. O primeiro pressupõe limitação do poder, o segundo, acúmulo e emprego desse poder.

A mesma problemática ressurgue em termos análogos na obra de Plattner (2010), para quem a primazia da democracia em detrimento do constitucionalismo liberal acarretaria uma situação de “desordem democrática”. Isto é, o apelo à vontade da maioria como fundamento de legitimidade (majoritarismo²) e o exercício do poder sem mecanismos de freios e contrapesos não caracterizam uma democracia, mas são expressões do populismo, uma espécie de desfiguração da democracia (Plattner, 2010; Urbinati, 2019).

Tendo essas tensões em conta criamos um modelo bidimensional que busca captar a visão dos eleitores sobre o funcionamento da democracia, buscando revelar como eles se situam em relação às duas dimensões assim enunciadas: (i) proteger minorias versus dar poder à maioria, (ii) e manter controles institucionais versus concentrar poder no presidente da República. Acreditamos que essas duas dimensões expressam os elementos teóricos que buscamos expor aqui, quais sejam: (a) a tensão entre o liberalismo político e o majoritarismo sem limites, e (b) a tensão entre o constitucionalismo e a concentração de poder.

1.2 Processos de autocratização

Nas últimas décadas intensificou-se ainda mais o debate sobre o caráter incompleto das democracias e sobre processos de regressão democrática. Em relatório recente, o Instituto Varieties of Democracy (V-Dem) revelou que em 2024 o número de autocracias ultrapassou o de democracias no mundo, fato que não ocorria há vinte anos. Adicionalmente, os regimes de democracia liberal tornaram-se o tipo menos comum globalmente. De acordo com o relatório, a terceira onda de autocratização (Lührmann & Lindberg, 2019) continua avançando há pelo menos vinte e cinco anos (Nord *et al.*, 2025).

No debate da Ciência Política sobre a crise das demo-

²O termo tem sido empregado em pesquisas recentes sobre cultura política, sendo entendido como a visão segundo a qual a imposição da vontade da maioria sobre as minorias é algo legítimo e democrático (Grossman *et al.*, 2021; Casalecchi *et al.*, 2024). Tais pesquisas se inserem no debate sobre apoio eleitoral a medidas autoritárias.

cracias contemporâneas (Norris & Inglehart, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020; Rouban, 2018; Castells, 2018; Plattner, 2010), destaca-se o diagnóstico que relaciona o processo de “desconsolidação democrática” à queda de apoio dos eleitores à democracia e à deterioração da confiança nas instituições democráticas (Mounk, 2019; Foa & Mounk, 2016). O avanço dessa agenda de pesquisa tem produzido um refinamento das questões aplicadas em *surveys*, gerando ganhos analíticos ao permitir a investigação desagregada de diferentes elementos “iliberais” presentes na cabeça dos eleitores (Zaslave & Meijers, 2024; Claassen *et al.*, 2025).

Outro aspecto desse processo de “desdemocratização global” revelado por pesquisas recentes é o fato de que muitas das ações autoritárias tomadas por líderes eleitos, envolvendo concentração de poder e supressão de direitos individuais e de minorias, encontram amplo respaldo entre seus eleitores (Albertus & Grossman, 2021; Grossman *et al.*, 2021). A recente vitória eleitoral de Donald Trump e de seu discurso abertamente autoritário é um exemplo.

Essas pesquisas, centradas no lado da demanda, revelam que os eleitores podem possuir diferentes visões sobre os princípios que constituem a democracia. Assim, nos parece fundamental o desenvolvimento de pesquisas que avaliem que conjunto de elementos predominam e formam a visão dos eleitores sobre o que, de fato, compõem um regime democrático.

O Brasil representa um caso exemplar para uma investigação desse tipo. De acordo com estudo que embasou o relatório do Instituto V-Dem (Nord *et al.*, 2024), o Brasil caminhou em direção a uma autocratização a partir de turbulências políticas iniciadas em 2016 com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Em meio à instabilidade e polarização social, o populista de extrema direita Jair Bolsonaro foi eleito presi-

dente em 2018 com um discurso abertamente contrário aos direitos das minorias. Durante seu mandato, protagonizou enfrentamentos com outros poderes, especialmente o Judiciário, além de ataques à imprensa e tentativas de desacreditar o processo eleitoral.

Apesar das ameaças a direitos e aos contrapoderes institucionais, Bolsonaro (do Partido Liberal) só não foi reeleito em 2022 por uma margem muito pequena de votos: obteve 49,1% dos votos válidos (58.206.354), sendo derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores), que alcançou 50,9% (60.345.999 votos). Mesmo enfrentando processos por atentar contra o Estado Democrático e havendo indícios de seu envolvimento em trama golpista, Bolsonaro mantém expressivo capital eleitoral no Brasil.

O processo de autocratização foi parcialmente revertido após as eleições de 2022, configurando o país como um dos casos de "U-Turn" (autocratização interrompida) (Nord *et al.*, 2024; Nord *et al.*, 2025). No entanto, diante da manutenção de altos índices de intenção de voto em um líder abertamente autoritário, interessa investigar quais visões sobre democracia predominam no eleitorado brasileiro atual. Esse interesse é reforçado quando levamos em conta que se trata de um contexto pós-governo de extrema-direita, período marcado pela reconfiguração da dinâmica entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em desfavor do primeiro (Couto, 2025) e por intensa polarização afetiva (Nunes & Traumann, 2023).

A literatura recente tem revelado que, em cenários marcados por intensa polarização política, eleitores demonstram uma tendência de minimizar ou desconsiderar transgressões às normas democráticas quando estas são perpetradas por candidatos de sua preferência ideológica (Carey *et al.*, 2022; Fossati *et al.*, 2022; Graham & Svobik, 2020). Paralelamente, uma corrente de estudos tem se dedicado a examinar como

as diferentes compreensões sobre o que constitui uma democracia influenciam e explicam esses padrões de comportamento eleitoral (Ferrín & Kriesi, 2016).

Estas divergências conceituais produzem consequências práticas significativas: uma mesma ação política, o desacato a determinações judiciais, por exemplo, pode ser simultaneamente percebido como legítima ou ilegítima, democrática ou antidemocrática, dependendo exclusivamente da lente interpretativa através da qual ela é analisada. Essa ambiguidade conceitual torna-se, portanto, um elemento crucial para compreender as dinâmicas de tolerância a práticas potencialmente erosivas das instituições democráticas.

1.3 Um modelo analítico

Neste working paper, propomos um modelo bidimensional das atitudes democráticas dos cidadãos brasileiros que captura duas tensões fundamentais:

Primeira Dimensão: *liberalismo político versus majoritarismo irrestrito*

Esta dimensão mede até que ponto os cidadãos aceitam limitações constitucionais ao poder da maioria em nome da proteção de direitos fundamentais. Em um polo, encontramos a tradição liberal que enfatiza direitos individuais e de minorias como precondições da democracia genuína. No polo oposto, situam-se concepções mais plebiscitárias que privilegiam a soberania popular irrestrita como expressão máxima da vontade democrática.

Segunda Dimensão: *constitucionalismo versus concentração de poder*

Esta dimensão aborda a tensão entre eficácia governamental e controles institucionais, distinguindo entre concepções "delegativas" de democracia (onde

o Poder Executivo eleito deveria ter ampla autonomia) versus concepções “constitucionais” (que enfatizam separação de poderes e *accountability horizontal*).

Essas dimensões, embora conceitualmente distintas, correlacionam-se positivamente, refletindo diferentes aspectos de um fenômeno mais amplo que denominamos “liberalismo democrático”. Idealmente, pessoas com alta adesão à proteção de minorias tendem também a valorizar controles institucionais, pois ambas as orientações refletem aceitação de limitações ao poder político em nome de princípios superiores.

2. Materiais e Métodos

2.1 Fonte de dados e desenho da pesquisa

Os dados utilizados neste estudo provêm da pesquisa *Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil*, conduzida pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem) da Universidade Federal do Paraná.

2.2 Amostra e coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2025 através de entrevistas domiciliares presenciais junto a amostra representativa de 1.504 brasileiros maiores de 18 anos, distribuídos nas cinco regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de 2,5 pontos percentuais com nível de confiança de 95%. A amostra foi estratificada para garantir representatividade nacional e permitir análises comparativas entre eleitores dos principais candidatos das eleições presidenciais de 2022 (Lula e Bolsonaro).

O questionário estruturado incluiu múltiplas baterias de

questões sobre concepções de democracia, utilizando escalas de 0 a 10 pontos para mensurar tanto a importância atribuída a diferentes aspectos democráticos quanto as avaliações sobre o funcionamento atual da democracia no Brasil.

2.3. Operacionalização das variáveis

Para a análise específica das atitudes democráticas, selecionamos seis indicadores que operacionalizam as duas dimensões teóricas centrais:

Dimensão 1: *liberalismo político versus majoritarismo*

P08: “Em termos de importância, o quanto acredita que, em uma democracia, os direitos de grupos minoritários devam ser protegidos” (escala 0-10, recodificada para direção conceitual consistente)

P15: “Em termos de importância, o quanto acredita que, em uma democracia, a maioria consiga o que quer, mesmo que os direitos de algumas minorias sejam restringidos” (escala 0-10)

P21: “Em termos de importância, o quanto acredita que, em uma democracia, a minoria aceite a vontade da maioria em todas as circunstâncias” (escala 0-10)

Dimensão 2: *constitucionalismo versus concentração de poder*

P11: “Em termos de importância, o quanto acredita que, em uma democracia, os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade, praticando ilegalidades” (escala 0-10, recodificada para direção conceitual)

al consistente)

P49: “Poderia me dizer o quanto concorda ou discorda da seguinte afirmação: O presidente deve poder ignorar as decisões judiciais consideradas politicamente tendenciosas” (escala 0-10 de concordância)

P50: “Poderia me dizer o quanto concorda ou discorda da seguinte afirmação: O Congresso Nacional deve ser ignorado se atrapalhar o trabalho do governo” (escala 0-10 de concordância)

Para as análises apresentadas nesta nota de pesquisa, as escalas originais de 0-10 foram recodificadas em três categorias: “muito importante/concorda muito” (valores 7-10), “mais ou menos importante/concorda mais ou menos” (valores 4-6), e “pouco importante/discorda” (valores 0-3), permitindo análises de distribuição de frequências e cruzamentos com voto presidencial.

2.4 Estratégia de análise

Primeiro, examinamos as distribuições de frequência para cada indicador, identificando padrões gerais de atitudes democráticas na população brasileira e buscando evidências do que podemos chamar de “paradoxo democrático”: *alta adesão a princípios democráticos abstratos coexistindo com disposições para relativizá-los em contextos específicos.*

Segundo, realizamos análises de associação entre cada indicador de atitude democrática e preferência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 (voto em Lula versus voto em Bolsonaro). Utilizamos testes qui-quadrado para verificar significância estatística das associações ($\alpha = 0,05$) e o coeficiente V

de Cramer para mensurar a magnitude das associações encontradas³.

Por se tratar de um estudo exploratório de atitudes democráticas em um contexto de polarização política, optamos, por uma estratégia descritiva, sem a inclusão de variáveis de controle ou modelagens multivariadas.

Para os cruzamentos, foram considerados somente as respostas dos eleitores dos dois principais candidatos que disputaram o primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2022.

³ O V de Cramer varia de 0 (ausência de associação) a 1 (associação perfeita), sendo interpretado conforme convenções estabelecidas: 0,1-0,2 (associação fraca), 0,2-0,4 (moderada), 0,4-0,6 (forte), acima de 0,6 (muito forte).

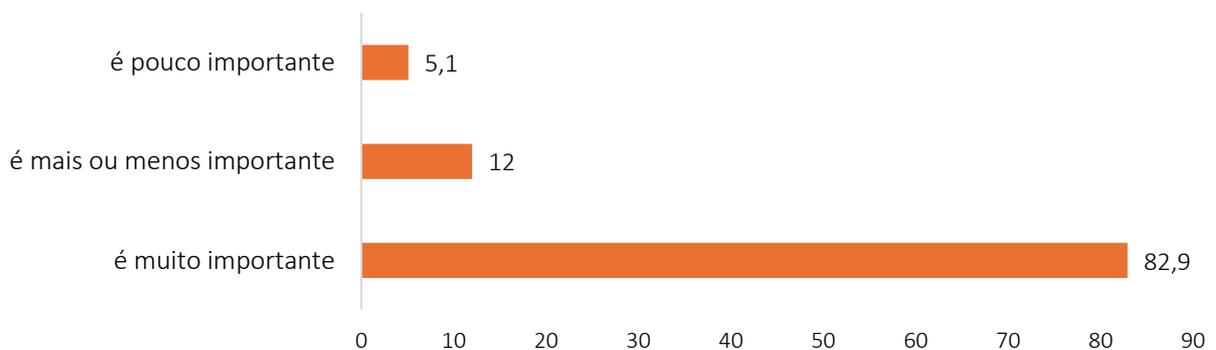
3. Resultados

3.1 O paradoxo democrático brasileiro

A análise das distribuições de frequência revela padrões intrigantes que desafiam a interpretação sobre atitudes democráticas, sugerindo disposições ambíguas e situacionais.

Na **primeira dimensão**, observamos forte adesão à proteção de direitos de minorias: praticamente 83% dos brasileiros consideram “muito importante” que direitos de grupos minoritários sejam protegidos (P08). Este é um achado notável que sugere robusta adesão ao princípio liberal fundamental (Figura 1).

Figura 1. Em uma democracia, os direitos de grupos minoritários devem ser protegidos (%)

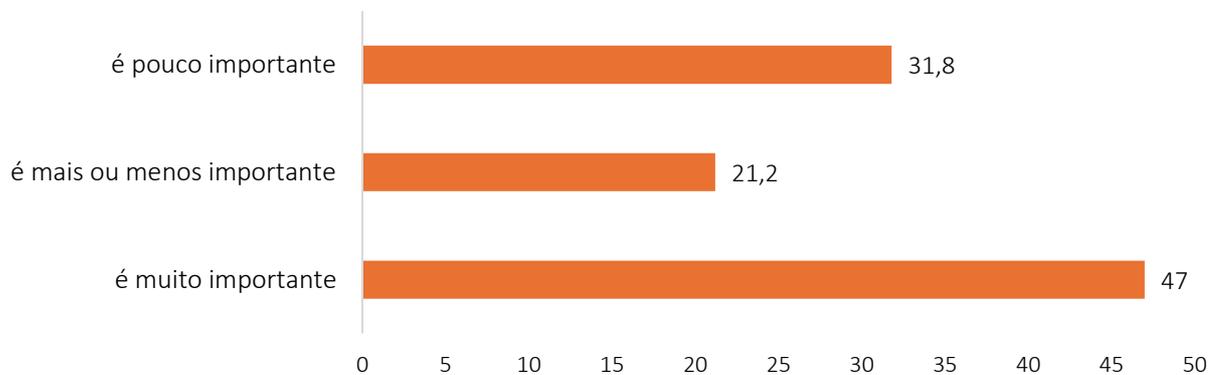


Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

Porém, quando examinamos os indicadores que medem o polo oposto da dimensão, descobrimos um padrão aparentemente contraditório.

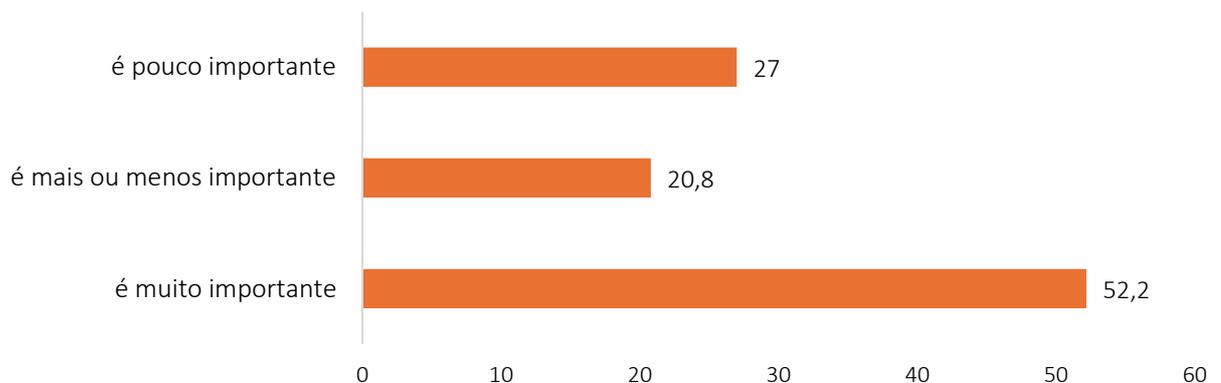
Aproximadamente metade dos respondentes, 47% em P15 (Figura 2), e 52% em P21 (Figura 3), consideram “muito importante” que a vontade da maioria prevaleça, mesmo quando isso possa implicar restrições a direitos de minorias ou exigir submissão irrestrita das minorias.

Figura 2. Em uma democracia, a maioria deve conseguir o que quer, mesmo que os direitos de algumas minorias sejam restringidos (%)



Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

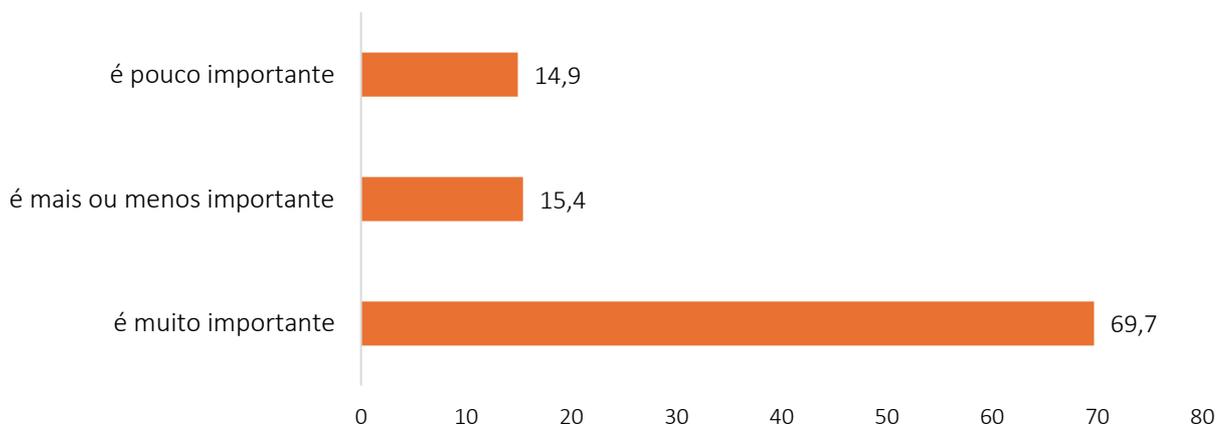
Figura 3. Em uma democracia, a minoria deve aceitar a vontade da maioria em todas as circunstâncias (%)



Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

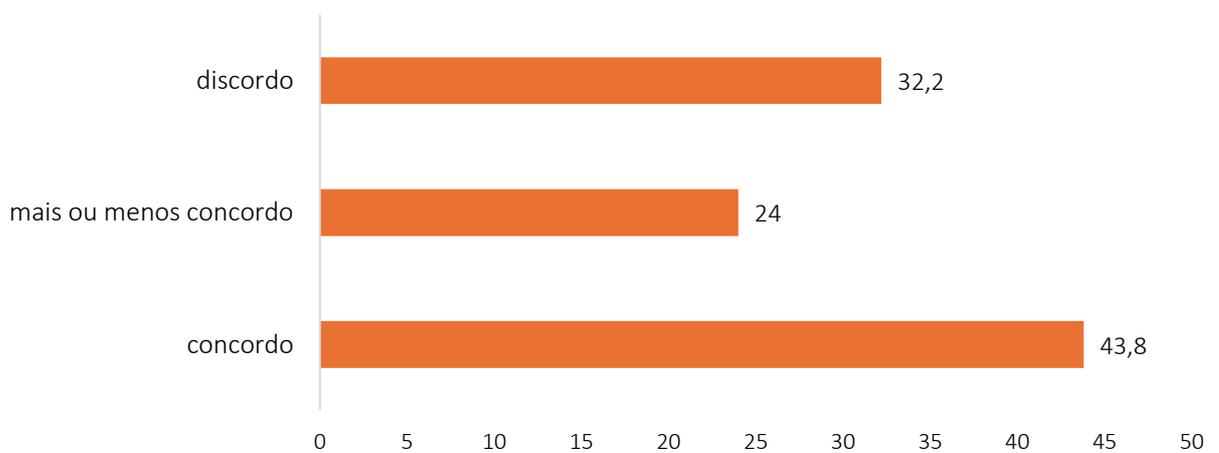
Na **segunda dimensão**, encontramos padrão similar. Enquanto praticamente 70% (Figura 4) valorizam que tribunais possam impedir ilegalidades governamentais (P11), parcelas substanciais concordam que o presidente da República possa ignorar decisões judiciais “tendenciosas” (43,8% em P49 (Figura 5)) e que o Congresso deve ser ignorado se atrapalhar o governo (48,4% em P50 (Figura 6)).

Figura 4. Em uma democracia, os tribunais devem ser capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade, praticando ilegalidades (%)



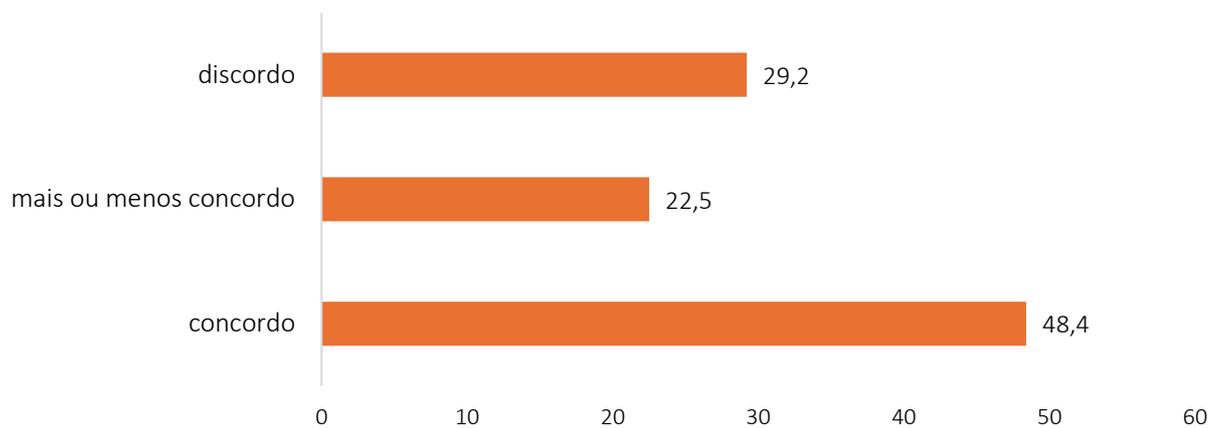
Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

Figura 5. O presidente deve poder ignorar as decisões judiciais consideradas politicamente tendenciosas (%)



Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

Figura 6. O Congresso Nacional deve ser ignorado se atrapalhar o trabalho do governo (%)



Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

Esses padrões sugerem que os brasileiros operam com múltiplos quadros conceituais quando avaliam princípios democráticos.

Quando questionados sobre valores abstratos (*proteção de minorias, controle de ilegalidades*), os eleitores demonstram forte adesão a princípios liberais.

Porém, quando esses mesmos princípios são apresentados em contextos que evocam conflito (ineficiência ou “politização”, por exemplo), uma parcela significativa dos brasileiros se mostra disposta a relativizá-los.

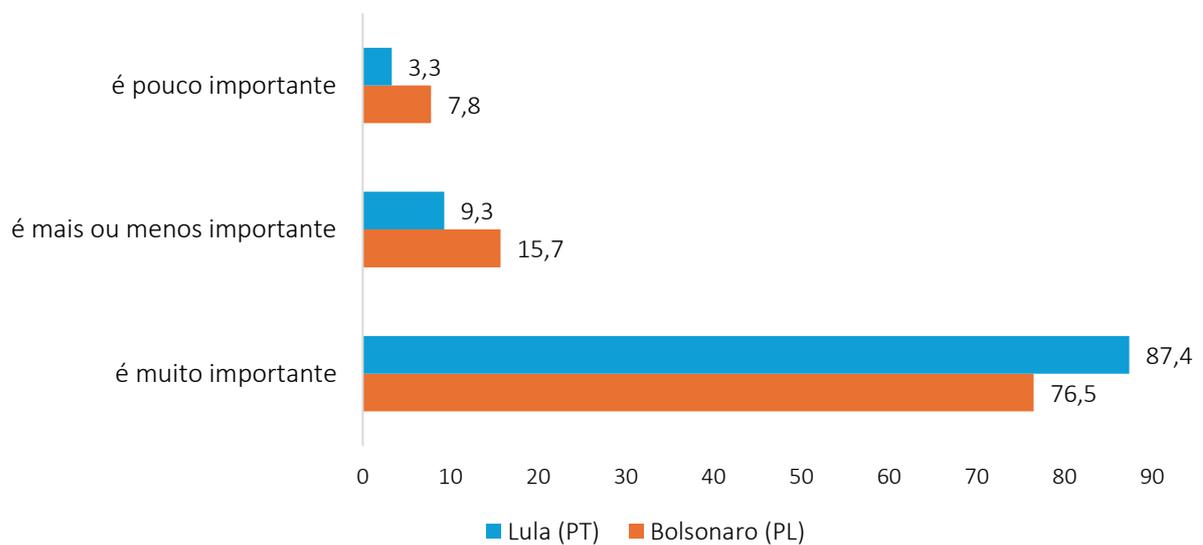
3.2. Lula versus Bolsonaro: padrões inesperados de polarização ideológica

Os cruzamentos entre atitudes democráticas e voto presidencial revelam padrões que desafiam o senso comum ao não confirmam as expectativas de que voto em um candidato autoritário de extrema-direita está associado a visões iliberais de democracia (majoritarista e pró-concentração de poder no Executivo).

3.2.1. Primeira dimensão: consenso no majoritarismo

Na dimensão *liberalismo versus majoritarismo*, apenas o indicador P08 (proteção de minorias) apresenta diferença estatisticamente significativa entre eleitores de Lula e Bolsonaro. Eleitores de Lula demonstram que valorizam um pouco mais a proteção de minorias (87% versus 76% considerando “muito importante”) (Figura 7).

Figura 7. Em uma democracia, os direitos de grupos minoritários devem ser protegidos (%)

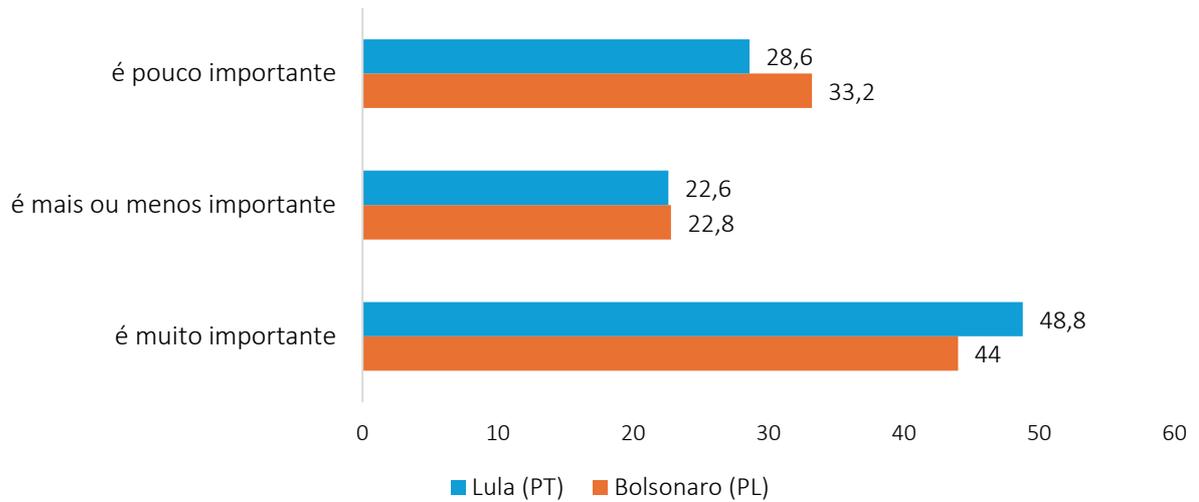


$\chi^2 = 19,95$, $p \text{ value} < 0,001$, $V \text{ de Cramer} = 0,146$ (associação fraca)

Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

O achado mais surpreendente, porém, é que P15 (Figura 8) e P21 (Figura 9), que medem “maioria versus minoria”, não apresentam diferenças significativas entre os grupos eleitorais. Isso significa que tanto eleitores de Lula quanto de Bolsonaro compartilham visões similares sobre a importância da vontade da maioria prevalecer, mesmo quando isso possa vir a restringir direitos de minorias.

Figura 9. Em uma democracia, a maioria deve conseguir o que quer, mesmo que os direitos de algumas minorias sejam restringidos (%)

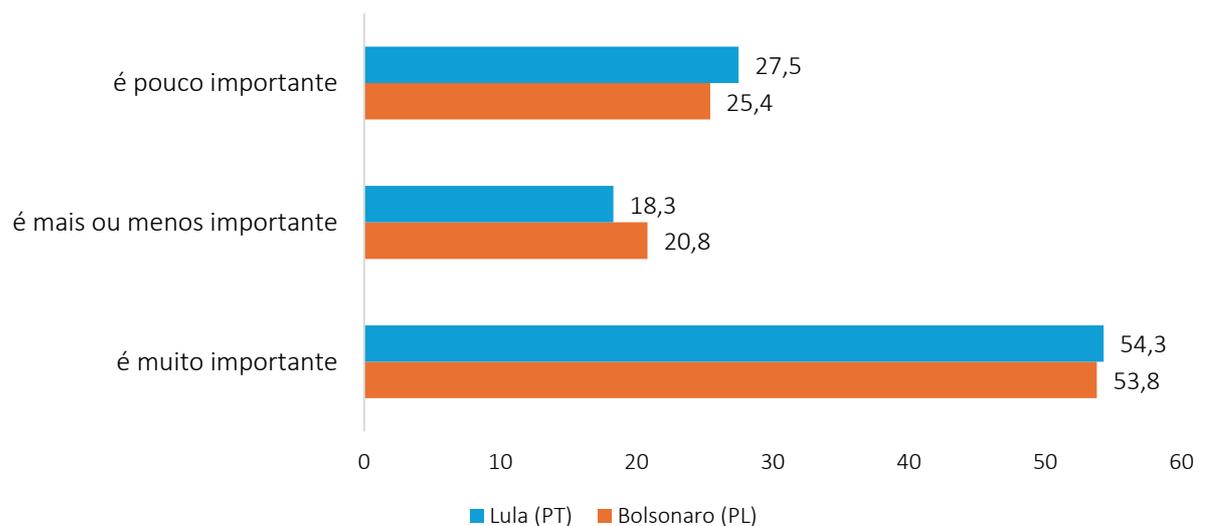


$\chi^2 = 2,61$, p value 0,272, V de Cramer = 0,053 (associação muito fraca/desprezível)

Fonte: Pesquisa "Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil". INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

A forma como as pessoas veem a importância da maioria conseguir o que quer (mesmo restringindo prerrogativas de minorias) não está significativamente ligada ao voto presidencial. As diferenças observadas entre os grupos de eleitores podem ser apenas por acaso.

Figura 8. Em uma democracia, a minoria deve aceitar a vontade da maioria em todas as circunstâncias (%)



$\chi^2 = 1,13$, p value 0,568, V de Cramer = 0,035 (associação muito fraca/desprezível)

Fonte: Pesquisa "Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil". INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

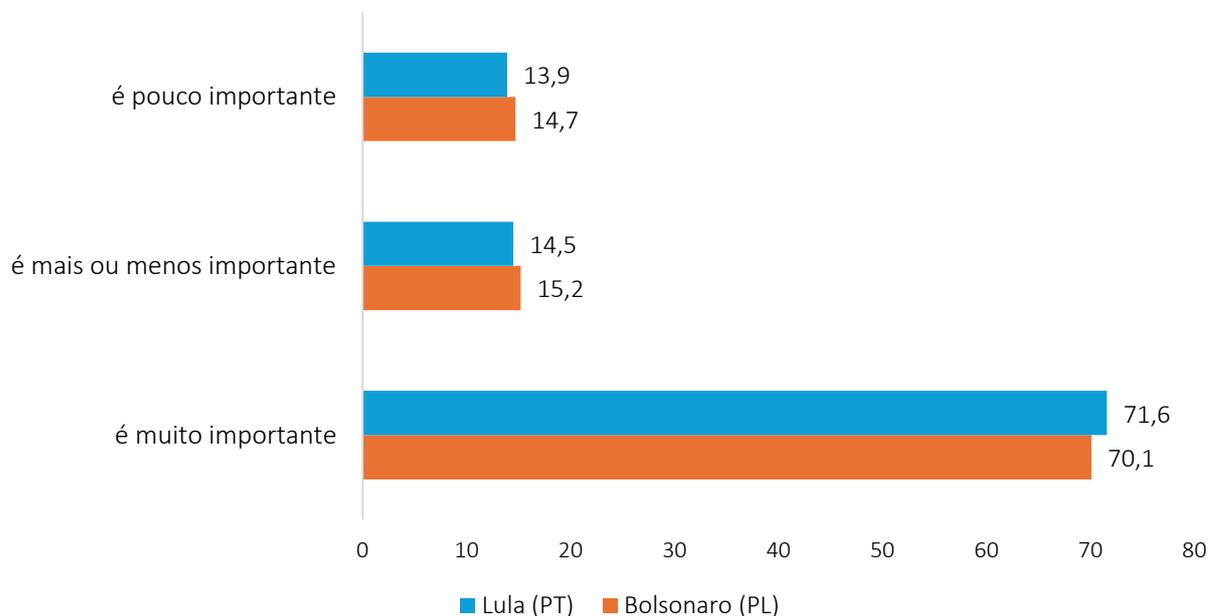
A percepção sobre a minoria aceitar a vontade da maioria não tem uma ligação estatisticamente significativa com o voto presidencial. As variações entre os eleitores de Bolsonaro e Lula nessa questão podem ser aleatórias.

3.2.2. Segunda dimensão: quem apoia concentração de poder?

Na dimensão *constitucionalismo versus concentração de poder*, os resultados são ainda mais desconcertantes para expectativas convencionais.

A P11 (controle judicial sobre ilegalidades) não mostra diferença significativa (Figura 10), indicando consenso sobre princípios constitucionais básicos entre ambos os grupos eleitorais.

Figura 10. Em uma democracia, os tribunais devem ser capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade, praticando ilegalidades (%)



$\chi^2 = 0,24$, *p* value 0,885, *V* de Cramer: 0.016 (associação muito fraca/desprezível)

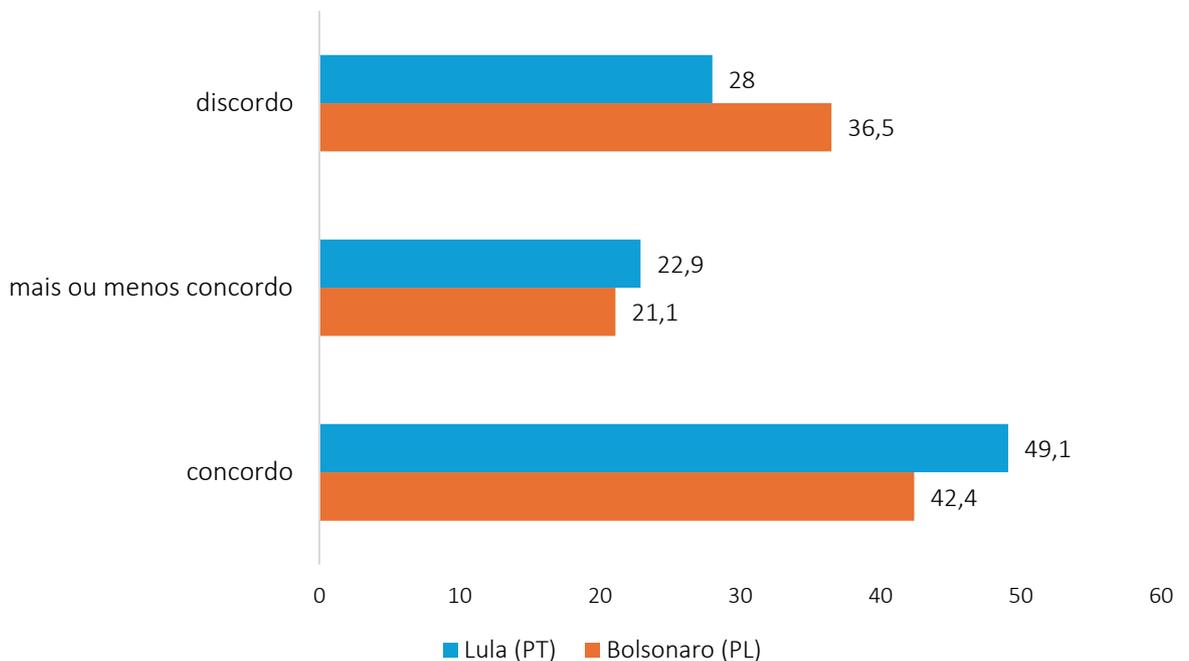
Fonte: Pesquisa “Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil”. INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

A visão sobre a capacidade dos tribunais de impedir ilegalidades do governo não está significativamente associada ao voto presidencial. As diferenças entre os grupos de eleitores são provavelmente por acaso.

Porém, P49 (Figura 11) e P50 (Figura 12), que medem disposições favoráveis à concentração de poder executivo no Presidente, *apresentam diferenças significativas*, mas em direção contrária ao esperado.

Observa-se uma associação estatisticamente significativa entre a percepção da importância de que o presidente possa ignorar decisões judiciais consideradas politicamente tendenciosas (P49) e o voto para presidente em 2022.

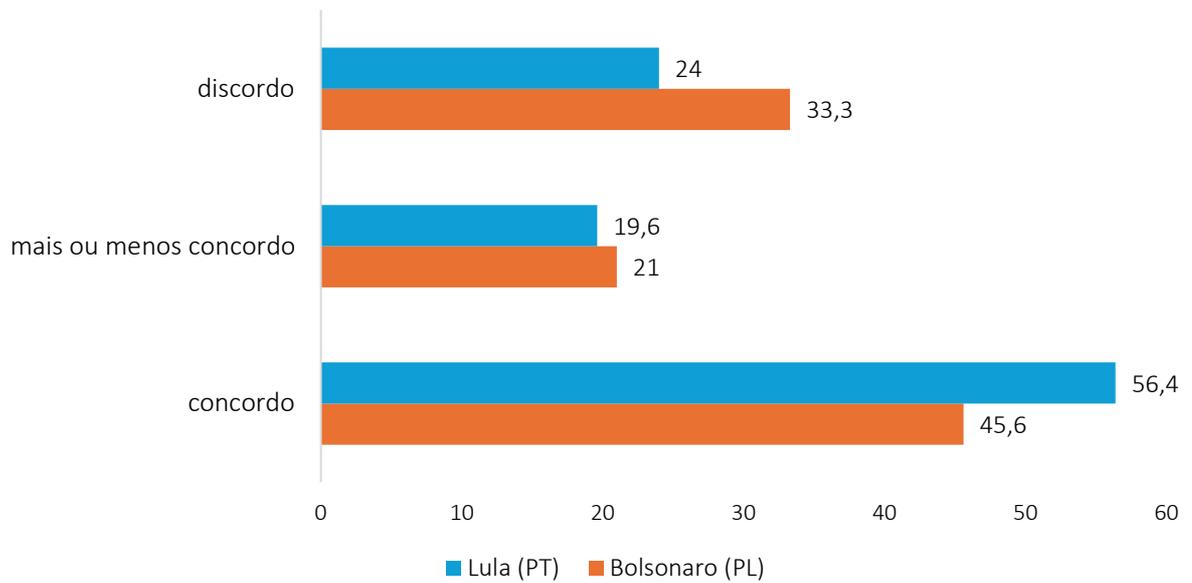
Figura 11. O presidente deve poder ignorar as decisões judiciais consideradas politicamente



$\chi^2 = 7,52$, *p* value 0,023, *V* de Cramer = 0,091 (associação muito fraca/desprezível a fraca)

Fonte: Pesquisa "Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil". INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

Observa-se uma associação estatisticamente significativa entre a percepção da importância de que o Congresso Nacional deve ser ignorado se atrapalhar o trabalho do governo (P50) e o voto para presidente em 2022.

Figura 11. O Congresso Nacional deve ser ignorado se atrapalhar o trabalho do governo (%)

$\chi^2 = 12,09$, p value 0,002, V de Cramer = 0,114 (associação fraca)

Fonte: Pesquisa "Visões de democracia em tempos de polarização: um estudo sobre a satisfação democrática no Brasil". INCT ReDem (UFPR). IPSOS-IPEC

Importante: eleitores de Lula demonstram maior propensão a apoiar que o presidente ignore decisões judiciais "tendenciosas" (49,1% versus 42,4%) e que o Congresso seja ignorado se atrapalhar o governo (56,4% versus 45,6%).

4. Discussão

4.1. Interpretando os paradoxos: três chaves analíticas

Esses achados desafiam as expectativas convencionais e demandam interpretação cuidadosa.

Propomos a seguir três chaves interpretativas que nos ajudam a compreender esses padrões contraditórios.

4.1.1. Autoritarismo situacional versus ideológico

Os dados sugerem que atitudes sobre concentração de

poder no Presidente pode ser mais “situacionais” do que “ideológicas”. Eleitores de Lula podem estar expressando frustração com obstáculos institucionais a um governo que apoiam, enquanto eleitores de Bolsonaro podem estar refletindo experiências recentes com conflitos entre o governo anterior e o poder Judiciário.

Na base dessas concepções pode estar uma espécie de autoritarismo situacional, mais do que ideológico. Essa noção descreveria a disposição de cidadãos de relativizar princípios democráticos quando eles entram em conflito com interesses ou preferências políticas específicas. Em outras palavras, trata-se da ideia de que o compromisso com a democracia é condicional, dependendo de quem está no poder ou da conjuntura política. Essa noção está alinhada com o que Levitsky & Daniel (2018) chamam de erosão democrática por dentro, e com a literatura sobre polarização afetiva (Iyengar, Sood & Lelkes, 2012), que mostra como vínculos partidários podem se sobrepor à defesa de normas democráticas.

4.1.2. Concepções contextuais de “tendenciosidade”

Quando eleitores de Lula concordam mais que o presidente deve ignorar decisões “politicamente tendenciosas”, podem estar pensando em experiências específicas recentes, como decisões judiciais que perceberam como partidárias contra Lula ou o PT. Similarmente, quando apoiam ignorar o Congresso “se atrapalhar”, podem estar refletindo as dificuldades do Governo Lula em avançar com sua agenda no Congresso.

Isso sugere que atitudes sobre separação de poderes são mediadas por avaliações sobre a legitimidade e neutralidade dessas instituições, que variam conforme experiências políticas contextuais e identificações partidárias.

4.1.3. Múltiplas tradições democráticas

Esses dados podem estar revelando a coexistência de diferentes tradições democráticas no imaginário político brasileiro. Elementos da tradição “delegativa” identificada por O'Donnell convivem com elementos liberais, criando combinações complexas que não seguem padrões esperados pela teoria democrática clássica.

Essa interpretação é consistente com características históricas da democratização brasileira, onde institucionalidade formal democrática se desenvolveu em contexto de tradições políticas que enfatizam liderança carismática e autonomia executiva.

4.2. Implicações para a compreensão da polarização brasileira

- Primeiro, a polarização não se estrutura simplesmente ao longo de uma divisão “democráticos versus autoritários”. Em vez disso, diferentes aspectos das atitudes democráticas se relacionam de formas distintas com preferências eleitorais, criando padrões mais complexos do que dicotomias conceituais sugerem.

- Segundo, há mais consenso do que divisão em várias dimensões das atitudes democráticas. Isso sugere que a polarização pode ser menos profunda institucionalmente do que aparenta, mesmo sendo intensa eleitoralmente. O fato de que tanto eleitores de Lula quanto de Bolsonaro valorizam majoritarismo e demonstram disposições situacionais para concentração de poder indica elementos comuns da cultura política brasileira que transcendem divisões partidárias.

4.3. Limitações e caminhos futuros

Nossa análise apresenta limitações importantes.

Primeiro, trabalhamos com dados de um momento específico (pós-eleições 2022), o que limita inferências sobre estabilidade temporal dessas atitudes. Segundo, as associações encontradas, embora estatisticamente significativas, são de magnitude fraca, indicando que atitudes democráticas (em relação a essas questões específicas) explicam apenas pequena porção da variação nas preferências eleitorais.

Pesquisas futuras se beneficiariam de desenhos longitudinais que permitam examinar como essas atitudes evoluem em resposta a mudanças no contexto político. Adicionalmente, análises qualitativas poderiam iluminar os mecanismos cognitivos e emocionais que subjazem aos padrões quantitativos identificados.

5. Conclusões

Esta nota de pesquisa oferece uma perspectiva nova sobre as atitudes democráticas dos brasileiros através de um modelo teórico que, inspirado nos dilemas fundantes das democracias modernas, distingue entre *liberalismo versus majoritarismo* e *constitucionalismo versus concentração de poder*. Nossos achados revelam um panorama mais complexo e mais nuançado do que nossas expectativas iniciais e contribuem para o debate sobre os desafios que se colocam à democracia brasileira.

Os brasileiros demonstram forte adesão a princípios democráticos abstratos, mas essa adesão se torna mais condicional quando alguns princípios são apresentados em contextos específicos. Mais importante, as diferenças

entre grupos eleitorais são menores e mais contextuais do que as expectativas sobre polarização sugerem.

Esses achados convidam a repensar tanto as ameaças à democracia brasileira quanto suas fontes de resiliência. Se, por um lado, disposições situacionais para concentração de poder representam vulnerabilidades potenciais, por outro lado, o amplo consenso sobre valores democráticos fundamentais sugere bases mais sólidas para estabilidade institucional.

A democracia brasileira não pode ser compreendida através de dicotomias simples entre “democráticos” e “autoritários”. Em vez disso, precisamos de modelos mais sofisticados que capturem a complexidade e a contextualidade das atitudes democráticas em sociedades com democracia instável.

Nossos achados sugerem que o desafio não reside apenas em extremismo ideológico, mas na tendência amplamente distribuída de relativizar princípios democráticos quando estes conflitam com preferências políticas imediatas.

Referências

- Albertus, M., & Grossman, G. (2021). The Americas: When do voters support power grabs? *Journal of Democracy*, 32(2), 117–131. <https://doi.org/10.1353/jod.2021.0028>
- Casalecchi, G. A., Rocha, D. L., & Faeti, F. (2024). Democratias, mas nem tanto: uma análise do eleitor bolsonarista na eleição de 2018. *Revista de Sociologia e Política*, 32(024). <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e024>
- Carey, J., Clayton, K., Helmke, G., Nyhlan, B., Sanders, M. & Stokes, S. (2022) Who will defend democracy? Evaluating tradeoffs in candidate support among partisan donors and voters. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 32 (1), pp. 230-245.
- Castells, M. (2018). *Rupture: The crisis of liberal democracy*. Polity Press.
- Claassen, C., Ackermann, K., Bertou, E., Borba, L., Carlin, R. E., Cavari, A., Dahlum, S., Gherghina, S., Hawkins, D., Lelkes, Y., Magalhães, P. C., Mattes, R., Meijers, M. J., Neundorff, A., Oross, D., Öztürk, A., Sarsfield, R., Self, D., Stanley, B., Zechmeister, E. J. (2024). Conceptualizing and measuring support for democracy: A new approach. *Comparative Political Studies*, 58(6), 1171–1198. <https://doi.org/10.1177/00104140241259458>
- Claassen, C., & Magalhães, P. C. (2023). Public support for democracy in the United States has declined generationally. *Public Opinion Quarterly*, 87(3), 719–732. <https://doi.org/10.1093/poq/nfad020>
- Couto, C. G. (2025). Lula 3: presidencialismo de coalizão em tempos de governo congressional. In F. Kerche & M. Marona (Eds.), *Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos*. Autêntica Editora.
- Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 141–155. <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0019>
- Ferrín, M., & Kriesi, H. (Eds.). (2016). *How Europeans view and evaluate democracy*. Oxford University Press.
- Foa, R. S., & Mounk, Y. (2016). The danger of deconsolidation: The democratic disconnect. *Journal of Democracy*, 27(3), 5–17. <https://doi.org/10.1353/jod.2016.0049>
- Fossati, D., Muhtadi, B. & Warburton, E. (2022) Why democrats abandon democracy: evidence from four survey experiments. *Party Politics*, 28(3), pp. 554-566.

- Graham, M. H., & Svobik, M. W. (2020). Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States. *American Political Science Review*, 114(2), 392–409. <https://doi.org/10.1017/S0003055420000052>
- Grossman, G., Kronick, D., Levendusky, M., & Meredith, M. (2021). The majoritarian threat to liberal democracy. *Journal of Experimental Political Science*, 9(1), 36–45. <https://doi.org/10.1017/XPS.2021.29>
- Gutmann, A. (1995). A desarmonia da democracia. *Lua Nova*, 36, p. 05-47
- Haggard, S., & Kaufman, R. R. (2021). *Backsliding: Democratic regress in the contemporary world*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108879117>
- Hunter, W., & Power, T. J. (2019). Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. *Journal of Democracy*, 30(1), 68–82. <https://doi.org/10.1353/jod.2019.0005>
- Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not ideology: A social identity perspective on polarization. *Public Opinion Quarterly*, 76(3), 405–431. <https://doi.org/10.1093/poq/nfs038>
- König, P. D., Siewert, M. B., & Ackermann, K. (2022). Conceptualizing and measuring citizens' preferences for democracy: Taking stock of three decades of research in a fragmented field. *Comparative Political Studies*, 55(12), 2015–2049. <https://doi.org/10.1177/00104140211066213>
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die*. Crown Publishing Group.
- Lührmann, A., & Lindberg, S. I. (2019). A third wave of autocratization is here: What is new about it? *Democratization*, 26(7), 1095–1113. <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>
- Mounk, Y. (2019). *The people vs. democracy: Why our freedom is in danger and how to save it*. Harvard University Press.
- Nord, M., Angiolillo, F., Lundstedt, M., Wiebrecht, F., & Lindberg, S. I. (2024). When autocratization is reversed: Episodes of democratic turnarounds since 1900 (V-Dem Working Paper N°. 147, 30 de janeiro de 2024). SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4709862>
- Nord, M., Altman, D., Angiolillo, F., Fernandes, T., Good God, A., & Lindberg, S. I. (2025). *Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped?* V Dem Institute, University of Gothenburg.

- Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press.
- Nunes, F., & Traumann, T. (2023). *Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. HarperCollins.
- O'Donnell, G. A. (1991). Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, 31, 25–40.
- Plattner, M. F. (2010). Populism, pluralism, and liberal democracy. *Journal of Democracy*, 21(1), 81–92.
- Przeworski, A. (2020). *Crises of democracy*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108907773>
- Rouban, L. (2018). Le paradoxe du macronisme. *Esprit*, (6), 78–88. <https://doi.org/10.3917/esprit.1806.0078>
- Rosanvallon, P. (2020). *Le siècle du populisme. Histoire, théorie, critique*. Seuil.
- Svolik, M. W. (2019). Polarization versus democracy. *Journal of Democracy*, 30(3), 20–32. <https://doi.org/10.1353/jod.2019.0033>
- Svolik, M. (2020). When Polarization Trumps Civic Virtue: Partisan Conflict and the Subversion of Democracy by Incumbents. *Quarterly Journal of Political Science*, 15(1), 3–31. <https://doi.org/10.1561/100.00018132>
- Urbinati, N. (2019). *Me the people*. Harvard University Press.
- Zakaria, Fareed. (1997). The Rise of Illiberal Democracy, *Foreign Affairs* 76 (November December): 22–43.
- Zasllove, A., & Meijers, M. (2024). Populist Democrats? Unpacking the relationship between populist and democratic attitudes at the citizen level. *Political Studies*, 72(3), 1133–1159. <https://doi.org/10.1177/00323217231173800>

Autoria

Felipe Calabrez

Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV), com mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (ReDem) realizado no Instituto de Estudos Políticos de Paris (CEVIPOF-Sciences Po).

Adriano Codato

É professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e coordenador do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

Roberta Picussa

É doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora pós-doutoral do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Representação e Legitimidade Democrática - INCT ReDem. Possui mestrado em Políticas Públicas e graduação em Ciências Sociais. É também assessora parlamentar da Comissão de Constituição e Justiça na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Normas para colaboração



○ **ReDem Working paper do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (ReDem)** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados ainda não publicados.

Os relatos de pesquisas devem conter até 5 mil palavras. A decisão sobre a sua publicação cabe à Editora a partir da avaliação de dois pareceristas.

O resumo dessas notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão e deve destacar as conclusões). O título da nota de pesquisa deve conter até 100 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas ao final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão APA 2019 (7ª edição).

As notas de pesquisa devem ser enviadas por e-mail ao seguinte endereço wpinctredem@gmail.com aos cuidados da Editora.



Copyright© 2025
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-
ReDem)

**ReDem Working paper. Instituto Nacional de Ciência e
Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática**

Editora: Maiane Bittencourt (UFPR)

Conselho editorial: Adriano Codato (UFPR), Bruno Bolognesi (UFPR), Carolina de Paula (UERJ), Ednaldo Ribeiro (UEM), Graziella Testa (FGV), Jaqueline Zulini (FGV), Karolina Roeder (UNINTER), Luciana Veiga (UNIRIO/FGV), Maria Alejandra Nicolás (UNILA), Maria Cecília Eduardo (UFPR), Nara Pavão (UFPE), Renato Perissinotto (UFPR)

Financiamento:

CNPq. Processo n. 406649/2022-7
Fundação Araucária INC2024191000001

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática**

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciência Política
Rua General Carneiro, 460, sala 515
Curitiba - PR - BRASIL CEP 80060-150
E-mail: inct.redem@gmail.com ▪ URL: <https://redem.tec.br/>

Direitos e permissões

O texto e os dados nesta publicação podem ser reproduzidos desde que a fonte seja citada.

O ReDem Working Paper dissemina resultados de trabalhos em andamento para incentivar a troca de ideias. Os documentos são assinados pelos autores e devem ser citados de acordo.

Os resultados, interpretações e conclusões expressos são de responsabilidade das(os) autoras(es) e não refletem necessariamente as visões do INCT ReDem.

Os **ReDem Working papers** estão disponíveis online [<https://redem.tec.br/>]. Assinaturas podem ser feitas por e-mail wpinctredem@gmail.com

Como citar

Calabrez, F.; Codato, A. & Picussa, R. (2025). Entre o Princípio e a Conveniência: o paradoxo da atitude democrática dos brasileiros. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 2(2), julho.

Rights and Permissions

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

The disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly.

The findings, interpretations, and conclusions expressed are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the views of the INCT ReDem.

Working papers are available online [<https://redem.tec.br/>] and subscriptions can be requested by email to wpinctredem@gmail.com

How to cite

Calabrez, F., Codato, A., & Picussa, R. (2025). Between Principle and Convenience: The paradox of Brazilians' democratic attitudes. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 2(2), July.